



N. 9-59

Coordenador — Major AMERINO RAPOSO FILHO
Instrutor da ECEME

SUMÁRIO

I — BASES FILOSÓFICAS

1. PERSEGUIÇÃO X CÊRCO (Cont.) — Maj Amerino Raposo Filho.
2. SUGESTÕES PARA O ESTABELECIMENTO DUMA DOCTRINA — Cel Nemo, do Exército Francês (Trad. da "Revue Militaire Générale", Abril de 1958).

II — GUERRA REVOLUCIONÁRIA

METODOLOGIA DA GUERRA SUBVERSIVA — Cel deRougemont, do Exército Francês (Trad. da "Revue Des Forces Terrestres", pelo Ten-Cel A. J. Von Trompowsky).

III — ORGANIZAÇÃO

A CAVALARIA SOVIÉTICA (Conclusão) — Ten-Cel Obino Alvares.



TEORIA DE GUERRA

Teoria de Guerra é o trabalho científico que se destina a determinar os princípios intrínsecos, extrínsecos e de ação do fenômeno por excelência social, que é a Guerra.

A teoria da guerra representa a parte superior, subjetiva da guerra.

DOUTRINA DE GUERRA

Doutrina de Guerra representa um primeiro estágio na Teoria de Guerra, para determinado país e numa determinada situação. A dependência da doutrina a elementos concretos, mostra-nos desde logo, que ela não pode ser nem imutável, nem geral, sendo então, somente aplicável àquele país e numa determinada época.

Sendo a Guerra um fenômeno social, cada agrupamento humano imprimirá suas características próprias e peculiares à aplicação das Leis e dos Princípios de Guerra, surgindo assim, não uma nova Teoria, mas algo dela derivado, que se convencionou denominar Doutrina de Guerra.

REGULAMENTO

Ao executante não interessa o domínio das concepções subjetivas, como acontece em alto grau na Teoria de Guerra e, em menor escala, na Doutrina de Guerra, porém, algo concreto, que lhe sirva de guia na realidade do campo de batalha, isto é, o Regulamento.

Então, é o Regulamento o repositório de normas e procedimentos para os executantes. Traduz o pensamento doutrinário, o modo operatório em situações diversas. Constitui um todo harmônico e homogêneo.

I — BASES FILOSÓFICAS

1. PERSEGUIÇÃO X CÉRCO

(Continuação do número anterior)

E assim vamos até o período seguinte, já no final do século XVIII, mas que vai ter toda a sua refulgência, durante o primeiro decênio do século XIX, com Napoleão, que na realidade revoluciona a arte da guerra, de modo completo. Para compreendermos, no entanto, o verdadeiro sentido da Perseguição na era napoleônica, mister se faz configurar o quadro geral da Manobra e da Batalha, como era entendido pelo grande corso. Para o General Camón, profundo estudioso da Estratégia Operacional de Napoleão, todas as manobras estratégicas do gênio francês resumiam-se a duas formas gerais:

- manobra sobre as linhas de transportes do adversário;
- manobra partindo duma posição central.

Na realidade, tais formas — correspondentes, hoje, às manobras de flanco e central — enfeixavam-se numa só, de vez que Napoleão conduzia suas operações, sistematicamente, com objetivo de atuar sobre a linha de transportes do adversário. Assim sendo, a manobra central apresentava-se como um meio que possibilitasse a divisão dos grupamentos do adversário e posterior execução da manobra pelo flanco.

A Batalha aparecia então como um ato perfeitamente entrosado no conjunto da guerra ofensiva. E a Perseguição complementava a manobra sobre as linhas de transportes do inimigo batido, destruindo seus diversos grupamentos de forças e concorrendo, portanto, para o aniquilamento integral de suas últimas resistências, que essa era, em última análise, a finalidade da guerra, para Napoleão. Por isso o mestre abandonava a guerra metódica do século anterior por uma guerra de movimentos rápidos; buscava a batalha, ao invés de evitá-la.

De extraordinário relêvo passa a ser no período napoleônico o emprego das Reservas. Napoleão não quer as reservas “como as Triari na legião romana, ou como as segundas linhas das tropas de Gustavo Adolfo, Turenne e Frederico II, forças simplesmente destinadas a preencher claros, para os imprevistos, gastar o inimigo sobre o mesmo terreno” (Cel Dervieu). Não são, absolutamente, apenas os grupamentos prontos a influir somente no restrito campo da batalha tática. Ao contrário, formam-se verdadeiras massas de manobra visando a influir decisiva e profundamente no quadro tático e estratégico. Uma vez estabelecida a ruptura, na frente ou no flanco do adversário, por aí se lança a Reserva para destruir o inimigo. E eis a razão principal do advento do Corpo de Exército, estrutura que surge pouco depois do nascimento da Divisão, isto é, poderosas massas, contendo 3 a 4 Divisões, com iniciativa para deslocar-se e operar com certa autonomia no quadro da estratégia operacional. “Fixar o inimigo em toda a frente e lançar sobre o flanco um corpo de exército distinto, tal é o segredo das vitórias de Napoleão” (Gen Decker).

Convém lembrar ainda como se grupavam as forças para a batalha napoleônica, do tipo de envolvimento. Para a consecução de tal "desideratum", Napoleão distribuía as diferentes massas do seguinte modo:

- um grupamento denominado de combate, para atuar frontalmente;
- um outro grupamento de forças que visava a ameaçar as linhas do adversário, sendo destacado então para uma direção excêntrica em relação ao centro de gravidade das forças;
- uma força denominada "de ruptura", mas que na realidade era mantida em reserva para operar, no flanco ou na ação frontal, conforme o êxito inicial obtido.

Então, este último grupamento de forças constituía a massa encarregada de Perseguir o adversário, podendo atuar, seja aproveitando o êxito decorrente da ação frontal, seja atacando o flanco do exército inimigo; ou, ainda, caindo diretamente em sua retaguarda, para cortar-lhes as linhas de retirada. Parece que, para essa maneira de ser da manobra napoleônica, a perseguição englobava as operações de cerco. Melhor dizendo, notava-se a tendência para não se caracterizarem as duas operações como independentes, o que, de resto, se dava com as formas da manobra. Napoleão preferia engajar-se na batalha com uma distribuição de forças de tal modo flexível, que pudesse evoluir de uma manobra central para uma de flanco, ou vice-versa. Idênticamente, procedia com relação à fase decisiva da perseguição: lançava sua massa de manobra pela brecha frontal, no flanco ou, mesmo, diretamente sobre as linhas de retirada do adversário. Segundo o depoimento de Blume, "uma perseguição conduzida a fundo é mais proveitosa do que uma vitória" e o exemplo por ele citado é a célebre perseguição realizada pelos franceses, "na qual Murat fez prodígios de energia, viveza e ímpeto, contra os prussianos, após a batalha de IENA, em 1806, que abriu a Napoleão as portas de Berlim".

Terminada a fase verdadeiramente revolucionária das guerras de Napoleão, segue-se um período de profunda meditação, na tentativa de estruturar-se uma doutrina de guerra realmente condizente com o estágio da Arte da Guerra no meado do século. E a Prússia emerge das derrotas sofridas face aos franceses, com o propósito obstinado de uma revanche. Encontra em Clausewitz seu teórico mais relevante, cujas idéias, além de orientar os prussianos na formulação das bases doutrinárias da teoria da guerra, ainda se espraíam por todo o mundo, com conceitos realmente notáveis. Tanto Clausewitz, com Jomini, ambos tomaram como referência para seus estudos a maneira como Napoleão concebia e conduzia a guerra.

Em síntese, dizia Clausewitz que "a teoria da guerra se limita a pedir que, enquanto persistir a idéia de aniquilar o inimigo, marchemos contra ele sem trégua nem descanso". E, mais adiante afirma, nos seus estudos filosóficos profundamente objetivos e realísticos: "a vitória não consiste na ocupação do campo de batalha, porém na destruição das forças, em combate, físicas e morais, do adversário... Procurar a batalha e vencer o inimigo onde ele se encontrar, eis a grande tarefa".

Da Batalha Geral, assinalava o clássico da guerra: "Assim como os raios do sol, convergindo para o centro focal de um espelho côncavo, representam a imagem perfeita do astro e concentram nesse ponto o calor mais intenso, da mesma maneira, na batalha geral, as forças e as circunstâncias da guerra se concentram para produzir o máximo de seu efeito..." (Da Guerra, livro IV, Cap II). Não precisamos prosseguir nas citações, que a idéia já está, clara e evidente: Clausewitz acabava, de uma vez por todas, com qualquer esforço que não ten-

desse para a destruição completa das forças adversárias, depois de batidas na batalha decisiva. Era a consagração, pois, da Perseguição, como finalização e acabamento das operações ofensivas.

Para maior destaque do que afirmamos inspiremo-nos, uma vez mais, no mestre. E é ele que assevera, no que respeita à Perseguição: "Um ponto essencial do plano de guerra consiste em dirigir, com esta finalidade, a reunião da massa de nossas forças e da orientação que há de imprimir-se a ela. Uma vez obtida a vitória, não se pense em descanso, repouso, reflexão e combinações futuras; deve pensar-se, exclusivamente, na Perseguição, na aplicação de golpes decisivos, onde necessário; na tomada da capital e no ataque direto contra os exércitos auxiliares do adversário e contra todo aquele que, eventualmente, possa constituir o último ponto de apoio para a resistência inimiga".

Eis um ponto em que Jomini também concordava com Clausewitz — em que põe o fato de, na concepção da guerra, ambos apresentarem compreensão diversa: — o respeitante à Perseguição. Pois achava o "advinho" de Napoleão, depois de conceituar a perseguição como imprescindível à destruição total do exército inimigo derrotado, que "a audácia e a atividade da perseguição dependerão naturalmente, do caráter dos comandantes, bem como do estado físico e moral dos exércitos". E completava as recomendações quanto à conduta na perseguição afirmando: — "É difícil prescrever regras fixas, mas os seguintes pontos devem ser lembrados:

- é mais vantajoso dirigir a perseguição contra o flanco das colunas em retirada;
- executar a perseguição de modo tão audacioso e ativo quanto possível;
- há muito poucos casos em que é sábio fazer uma "ponte de ouro" para o inimigo, não importa o que o velho provérbio romano possa dizer".

Vejamos como D. José Almirante conceitua, à época da guerra franco-prussiana, exatamente em 1869, a Perseguição. Tais idéias se contêm no seu famoso "Dicionário Militar" e assim podem ser resumidas:

- a perseguição é complemento indispensável da vitória, para que ela seja fecunda e decisiva;
- visa à retaguarda das forças adversárias e consiste em pressionar, acossar, encurralar sem trégua nem descanso o inimigo batido; impedir sua marcha retrógrada;
- na perseguição deve procurar-se cortar a retirada dos grupos adversários, antecipando-se a eles em certas regiões da retaguarda;
- abandonar as estradas e procurar os flancos do inimigo;
- a perseguição deverá ser realizada com tropas mantidas em reserva.

A guerra violenta e curta — menos de um ano — entre a França e a Prússia, em 1870, contribuiu com algumas idéias novas à concepção das manobras, assim como à conduta operacional das batalhas. Os regulamentos prussianos contêm idéias como, por exemplo, a prioridade da "combinação do ataque frontal com o envolvente".

Já no fim do século Von der Goltz, em sua "Concepção da Guerra", publicada em 1895, apresenta novas idéias relativamente aos aspectos da Perseguição e do Cêrco. O valor das afirmativas de Von der Goltz está em que aí surgem os conceitos que vão culminar no abandono das principais definições de estratégia e tática do Exército alemão, inspiradas em Napoleão e Clausewitz.

Não poderíamos passar diretamente aos ensinamentos proporcionados pela 1ª Grande Guerra, sem dizer algo sobre os estudos de Schlieffen. Depois de exaustiva meditação a respeito de Cannae e inspirado em suas principais conclusões, Schlieffen propõe a chamada manobra de ala dentro do plano para invasão da França. Tal operação, conduzida com esforço pela "ala externa", visava ao cerco dos exércitos aliados. O grande mérito desses estudos reside no fato de que o envolvimento, a Ala, o Cerco, todos aparecem com relevo no quadro da manobra estratégica. Sem dúvida que aí se configuram duas idéias: cerco estratégico e cerco tático com realce até então nunca visto, em detrimento, até certo ponto e de modo aparente, da idéia de Perseguição. Por isso mesmo, deixaremos de lado outras considerações, que serão mais apropriadas quando tratarmos do Cerco, em outra parte do trabalho.

Chegamos, assim, à 1ª Grande Guerra com as doutrinas militares das principais potências acordes no que respeitava à Perseguição, de modo geral, sem embargo das idéias de Schlieffen que, em verdade, caracterizavam uma nova forma nas manobras. É oportuno, então, verificar o que dizia o Cel Caetano e Albuquerque, em 1911, no seu "Dicionário Técnico-Militar de Terra", relativamente à Perseguição, traduzindo, sem dúvida, o pensamento militar da época. Entre outras coisas encontram-se as seguintes idéias:

- a perseguição é o ato complementar da vitória e consiste em marchar para a frente hostilizando o inimigo, cansando-o, sem dar-lhe tréguas para restaurar-se;
- não perder o contato, a fim de que se possa conhecer a intenção e o objetivo da força que se retira;
- a perseguição poderá ser direta ou paralela, pelos flancos ou pelas linhas de retirada;
- convém sejam lançadas na perseguição, tropas frescas, para maior rendimento da operação.

São essas, realmente, as características do final das operações ofensivas que vamos encontrar durante a 1ª Grande Guerra, embora a conduta da guerra, sobretudo na frente ocidental, tendesse para uma longa estabilização, o que vai prejudicar sensivelmente as operações ofensivas de envergadura. Mesmo na fase final da guerra, seja nas famosas ofensivas alemãs de 1918 ou, mesmo, na ofensiva geral dos aliados, que vai culminar no término da luta, pouco se pôde ressaltar com relação à fase final das operações ofensivas.

1960

A Diretoria, impossibilitada de manter os mesmos preços que em 1959, resolveu, mesmo com prejuízo para nossa revista, fixar as novas assinaturas anuais em Cr\$ 150,00 para militares e Cr\$ 300,00 para civis. O preço unitário passará a Cr\$ 25,00.

2. SUGESTÕES PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA DOCTRINA

Coronel NEMO, do Exército Francês
Traduzido da "Revue Militaire Générale",
abril de 1958

Nota do Redator:

Desnecessário será destacar a importância do trabalho de fundo eminentemente filosófico, essencialmente objetivo, do Coronel NEMO, e isso porque já o fizemos em nosso número de abril do corrente ano, quando publicamos a primeira parte, sob o título "A Procura Duma Doutrina".

Portanto, pelo que os leitores de "Doutrina Militar Brasileira" puderam sentir da leitura do que se contém naquele trabalho inicial, trata-se dum estudo de extraordinária valia ao estabelecimento das bases duma Doutrina que responda, efetivamente, às necessidades da Guerra Moderna, em suas diferentes formas e manifestações. E, o que se encontra nesta 2ª PARTE, completa o quadro das indagações filosóficas apresentadas na 1ª Parte, e de modo altamente convincente.

A. RAPOSO FILHO, Major.

Na primeira parte deste estudo, chegamos à conclusão de que a guerra nuclear e a guerra revolucionária poderiam ser conduzidas uma sem a existência da outra e que a guerra total não é a combinação dessas duas formas de guerra — cujas condições de preparação e execução são diferentes sem serem contrárias — porém a sua soma.

Advertimos esquematicamente que a estratégia da guerra total utilizaria os métodos da guerra nuclear e que a sua tática empregaria os da guerra revolucionária.

Nesta segunda parte propomo-nos a examinar as condições dentro das quais pode ser estabelecida uma doutrina militar para atender às necessidades da guerra total.

*

* *

Que vem a ser uma doutrina e que deve ela conter?

A doutrina é, antes de tudo, uma definição das formas prováveis da guerra futura e um conjunto de preceitos — deduzidos logicamente da avaliação da estrutura social da mentalidade do povo, dos recursos demográficos e materiais, e da situação em armamentos do país amigo, bem como dos mesmos fatores com relação ao inimigo — cuja obediência, se admite, pode assegurar o sucesso da guerra.

Uma doutrina, portanto, se baseia:

- de um lado, em dados sociólogos que definem a posição da guerra na vida das sociedades e em dados filosóficos e morais que justificam, legitimam e codificam o seu emprego;

— de outro lado, na estimativa, obrigatoriamente subjetiva, da relação entre o potencial amigo e o do adversário, avaliados ambos com precisão desigual, segundo normas apropriadas.

Durante muito tempo, toda doutrina relativa à guerra foi uma doutrina essencialmente militar. Não seria demais insistir sobre o fato de que a guerra tem pôsto atualmente em jogo todas as atividades de um país, as quais, pelas deficiências técnicas do passado, não se podiam utilizar.

Assim também, em nossos dias, a doutrina militar revela-se incapaz de abranger todo o conjunto dos preceitos aplicáveis aos diversos setores de ação de uma coletividade humana em guerra. Verificamos que há necessidade duma doutrina mais geral, da qual possam ser deduzidas as doutrinas próprias à atividade de cada um dos diferentes setores. Acreditamos que uma tal doutrina de conjunto jamais tenha sido formulada, pelo menos sob uma forma diretamente utilizável, para atender a necessidades concretas.

É preciso distinguir a *doutrina de guerra* — que resume uma concepção filosófica ou sociológica da guerra, que reparte as tarefas entre os diversos setores da atividade nacional e interaliada e indica as regras de sua coordenação — da *doutrina militar*, que apenas condensa uma técnica aplicada a um desses setores, o das Forças Armadas.

A confusão existente, no momento, entre a doutrina de guerra — que podemos também chamar de doutrina de defesa nacional, para empregar uma expressão mais corrente — e a doutrina militar, acarreta muitos inconvenientes. O primeiro consiste em dizer que a defesa nacional se resume nas Forças Armadas; e ninguém ignora o quanto este persistente equívoco é nefasto. O segundo está em sobrecarregar a doutrina militar com considerações gerais que estão mais bem situadas na doutrina de guerra. O terceiro, o mais importante talvez, do ponto de vista prático, é o de ampliar demasiadamente, com limites mal definidos, o papel dos militares, o que implica em dispersar suas atividades e sua atenção em detrimento do que é específico de sua missão.

Torna-se urgente acabar com semelhante confusão. No esforço intelectual coletivo que se exige para o estabelecimento de uma doutrina, a primeira regra a seguir parece ser a de se elaborar um plano ou um quadro das diversas doutrinas de aplicação técnica que se podem deduzir da doutrina de guerra; evidentemente há entre elas numerosos pontos de contato e numerosas interferências que podem pertencer, pelo menos, a cinco atividades principais: proteção das pessoas e de seus bens, informações sob todas as modalidades, economia, administração e propaganda e, finalmente, Forças Armadas. Todas as atividades civis participantes da defesa nacional parece que podem, com efeito, classificar-se nessas cinco categorias.

A doutrina militar, nestas condições, seria uma doutrina de execução tendo em vista o emprego que se teria atribuído às Forças Armadas na doutrina de guerra.

*

* *

Qual é esse emprego? Evidentemente é preciso defini-lo.

Na guerra nuclear, as Forças Armadas têm um papel preponderante, pelas razões que já indicamos na primeira parte do nosso estudo; porém esse papel é desempenhado obrigatoriamente no âmbito de uma coligação, portanto no quadro de uma Força Interaliada.

Uma doutrina inteiramente nacional é considerada deficiente; ela tem que ser interaliada, embora por circunstâncias de oportunidade e de

rendimento, seus preceitos de conjunto devam sofrer algumas modificações para adaptá-los às condições nacionais. Este é um primeiro ponto importante.

A missão das Forças Armadas é destruir o potencial adversário, à frente do qual se encontra evidentemente todo o sistema que tiver sido organizado para conduzir, éle próprio, a guerra nuclear: armas, usinas de fabricação, meios de lançamento, bases e meios de comunicações. Trata-se, pois, de um conjunto de operações, contra objetivos cujo número e extensão permanecem relativamente limitados, para serem conduzidas a partir de um sistema de bases que, como já acentuamos, constitui um dispositivo de ataque pré-estabelecido.

O emprêgo das forças armadas fica, então, perfeitamente definido; éle se coloca em um domínio bem delimitado e mais de acôrdo, apesar das inovações e da potência dos meios postos em confronto, com os hábitos tradicionais do raciocínio.

Na guerra revolucionária, onde o equívoco é a regra, encontramos-nos diante de uma questão muito menos lúcida. As Forças Armadas devem ser confiadas normalmente duas missões distintas: defender as fronteiras contra o inimigo exterior e assegurar ou restabelecer a ordem interna. Estas duas missões diferem na sua natureza e na sua execução. Ambas são urgentes; tanto que, não se pode estabelecer uma ordem de prioridade entre elas. Uma e outra empenham as Forças Armadas, mas em direções diferentes, acarretando, por conseguinte, uma inconveniente dispersão de esforços.

Se a intervenção das Forças Armadas na luta interna visar a um sucesso rápido, pode admitir-se sem grande hesitação, esta dualidade de missão. Porém a experiência prova que as Forças Armadas regulares se imobilizam fácil e inapelavelmente em meio do tumulto da guerra revolucionária interior, onde é fácil equilibrar as ações com meios relativamente modestos; para um adversário do interior, é preciso imobilizar dez combatentes enquanto que um só pode opor-se a um inimigo externo. O verdadeiro combate se trava num plano em que as Forças Armadas têm pouca atuação ou mesmo nenhuma. Uma armadura não consegue proteger os que a vestem contra as doenças e os micróbios.

Pode-se, evidentemente, admitir que as Forças Armadas se organizam de acôrdo com a missão que lhes é atribuída, mas, neste caso, elas se transformam em polícia, em administração ou em organismos de propaganda. É paradoxal e contrário ao bom senso que as organizações civis, que existem desde o tempo de paz, no momento em que a urgência é mínima, cedam uma boa parte de suas atribuições às Forças Armadas, no momento em que a crise se consuma.

É muitíssimo mais lógico acreditar que, uma vez que a guerra revolucionária ataca as instituições partindo do seu próprio interior, cabe a essas instituições se defenderem, da mesma maneira que os organismos segregam antitoxinas.

Cabe portanto aos serviços, qualificados de "civis", que no passado se consideravam excluídos de tais responsabilidades, encarregar-se normalmente da mais importante parte, na defesa e na luta contra as formas internas da guerra revolucionária. As Forças Armadas só devem intervir em dois casos: quando aqueles Serviços se acharem em perigo e não puderem realmente restabelecer a situação com seus próprios meios — caso que deve ser considerado exceção e não regra — e quando o inimigo exterior conseguir infiltrar-se em território amigo com unidades importantes, exigindo evidentemente meios equivalentes para combatê-las.

A melhor maneira de evitar estas infiltrações consiste em destinar as Forças Armadas para o combate contra o inimigo do exterior, e em impedir, de maneira completa, os entendimentos entre êsse e seus adeptos do interior.

Dêsse modo, o papel das Forças Armadas na guerra total torna-se coerente, tanto na guerra revolucionária como na guerra nuclear. O seu domínio baseia-se na *violência*, que não precisa ser dispensada. Voltamos assim a uma concepção já clássica do emprego dos meios militares; porém, se temos insistido tão demoradamente nesse ponto, é porque frequentemente se tem tomado as ações pelos objetivos e se acredita com certa facilidade que as modificações nos métodos de emprego das Forças Armadas traduzem uma mudança da sua missão. Ora essas modificações de método provêm, unicamente, das novas condições de guerra.

Por isso achamos necessário desenvolver um pouco mais essa idéia. O fato de que os militares devem levar em conta numerosas considerações, parece transformar a violência e suavizar suas formas; mais ainda, parece tirar dela esse caráter de brutalidade sem quartel que lhe é própria.

Fala-se, de bom grado, mais em pacificação do que em destruição, mais em propaganda do que em coação. Parece que se forma uma corrente de opinião que preconiza a doçura e assemelha, de boa-vontade, a força à energia que em certos casos um pai necessita manifestar a seus filhos.

Nada nos parece mais prejudicial a uma sã doutrina. A violência deve continuar a ser a violência e a brutalidade, um método cuja necessidade pode ser deplorada, não pode ser entretanto esquecida. É preciso evitar o abuso da força; só empregá-la quando for necessário e só utilizá-la quando as circunstâncias a reclamarem nos limites justos.

É necessário libertar os militares do que chamamos comumente "a má consciência"; o único meio viável consiste em confiar-lhes somente missões *precisas*, em cujo cumprimento sua consciência fique bem esclarecida.

Uma doutrina militar deve ser uma doutrina que deve visar ao emprego da força nas prováveis condições da guerra futura.

*

* *

A nosso ver, estas condições deverão ser caracterizadas por dois fatos: a guerra desenrolar-se-á de permeio com massas humanas e o terror.

Nos últimos conflitos mundiais — embora a segunda guerra mundial já tivesse apresentado alguns caracteres que permitissem representar, antecipadamente em certa medida, a guerra futura — as Forças Armadas defrontaram-se em terrenos parcialmente vastos de populações e os bombardeiros sobre a retaguarda foram relativamente localizados.

Será razoável prever que, num novo conflito, os exércitos defrontar-se-ão em extensas zonas de contato, com várias dezenas de quilômetros de profundidade, e de onde será impossível evacuar as populações, porque ter-se-á de movimentar milhares de indivíduos. Os bombardeios nucleares, estratégicos ou táticos, farão despertar um terror-pânico sobre os espíritos que as várias formas de propaganda aproveitarão para torná-lo mais febricitante.

As psicoses da multidão repercutirão nos combatentes, tornando ilusória a esperança de que o simples fato de envolverem uniformes será suficiente para precavê-los contra os impulsos das massas.

Eis um aspecto muitas vezes não encarado nos trabalhos escolares nem nos estudos teóricos sobre a guerra, nos quais se verifica uma forte tendência para admitir que uma unidade é um pão insensível que o comandante desloca sobre um tabuleiro imutável. Toda doutrina, que não levar em conta as reações psicológicas da tropa e as *inter-reações entre ela e a multidão* que a cerca, corre o risco de não ser senão um enunciado abstrato sem qualquer relação com as realidades do combate.

Nesse sentido, outras conclusões não menos importantes nos parecem possíveis de serem tiradas pelo fato de a guerra se desenrolar no seio das multidões sob a tensão do medo.

A primeira constitui uma regra de ordem moral. A ação militar deve ser conduzida de maneira a não infligir às populações uma sobrecarga inútil de perdas, de sofrimentos e de terror. Na guerra nuclear, o aspecto moral é o único a ser considerado; na guerra revolucionária ele se duplica incluindo o ponto de vista utilitário. A experiência comprova que a multidão não se rebela contra os sofrimentos; ao contrário, suporta-os quando os julgue justificados pelos interesses superiores dos combatentes, mesmo no caso de não participar dos acontecimentos; é o excesso de sofrimentos que provoca no seio da multidão uma tomada de posição. Por várias vezes pudemos verificar esta reação, que à primeira vista parecia difícil de ser explicada. É que aí, a moral e o interesse se somam para confirmar a regra.

A segunda conclusão relaciona-se com a concepção geral do combate e está ligada mais particularmente às operações táticas da guerra revolucionária.

O advento da arma aérea introduziu nas doutrinas militares a noção de volume; tal como se tivéssemos passado da geometria plana à geometria no espaço. A guerra no seio da multidão criou uma noção de espessura ou, de forma mais prática, uma noção de harmonia no interior do corpo social. Se a guerra podia antigamente resumir-se em confrontos e fórmulas geométricas, hoje, com mais forte razão, ela impõe confrontos e fórmulas biológicas; a diferença não é somente um jogo de espírito, é uma modificação fundamental no raciocínio e no modo de encerrar os fatos.

Com efeito, a geometria se deduz de um postulado por um raciocínio lógico que subordina as causas aos efeitos. Estamos de tal forma impregnados da geometria euclídeana que ela nos parece uma evidência. Esta evidência não é mais suscetível de discussão, mas está ultrapassada por outra noção: a das inter-reações entre os efeitos e as causas, que não chega a invalidar a primeira, porém é muito mais complexa. A vida do corpo social só se torna possível quando se estabelece um certo equilíbrio entre seus diferentes elementos.

Desde que o elemento força se intrometa entre eles, a sua atuação só é possível quando um novo equilíbrio fôr restabelecido.

O militar ao agir pela força deve preocupar-se, para sua ação ser possível e favorável, com as modificações que podem surgir nos demais elementos do corpo social; ele não pode deixar que elas se produzam ao acaso. Em termos mais simples: o militar deve avaliar e orientar as consequências de sua intervenção em todos os setores da vida social. O fato não é novo certamente, porém o que outrora era deixado à intuição e à sorte, e ainda assim só podia ser tratado empiricamente, está agora sujeito a regras que a doutrina militar deve evidentemente determinar.

Por fim, a terceira conclusão, que vamos tirar das novas condições de guerra, é aplicável aos quadros.

Tem-se observado que, contrariamente à fórmula bem conhecida de Napoleão sobre os "pesados batalhões" ou, pelo menos, à interpretação corrente daquela fórmula, numerosas guerras foram ganhas por povos menos numerosos que seus adversários e até dispondo, algumas vezes, de técnica menos avançada. A razão está em que esses povos dispunham de um enquadramento de alta qualidade, movido por uma vontade ou pela mística que os impulsionava para frente.

A esta constatação histórica pode-se acrescentar a observação corrente de que, na guerra, os chefes que se impõem não são obrigatoriamente os mais sábios ou os mais inteligentes, porém, aqueles que sabem conservar o seu bom senso, sua capacidade de julgamento e sua inicia-

tiva nos momentos em que a hipersensibilidade ou a apatia anulam o maior número daquelas qualidades.

Sabe-se, por outro lado, que a multidão não se subordina a um raciocínio lógico; ela se guia por impulsos sumários, que para um homem, cujas faculdades de julgamento tenham sido conservadas objetivas, parecem aberrantes.

Criar esses impulsos, ou, pelo menos, saber canalizá-los e explorá-los no sentido favorável à ação, constitui uma parte importante da formação dos quadros, à qual acrescenta-se aqui o que expusemos antes acerca da necessidade, para o Chefe militar, de prever e orientar as consequências da intromissão da força na vida do corpo social.

Daí resulta que toda doutrina deve visar não só à formação dos quadros para exercer funções de pura técnica militar, mas também para as da técnica mais ampla da *direção da multidão*, a qual lhe é indispensável para a ação. Eis quando a fórmula romântica dos Chefes "Condutores de Homens" toma um sentido mais científico e mais preciso e corresponde com vantagem a uma realidade acessível ao invés de uma ficção. Porém, é evidente, que esta formação se deve cingir às necessidades militares, por tratar-se da formação de quadros e não de tribunais para as Forças Armadas.

Os quadros são, em essência, constituídos por todos aqueles que tenham possibilidade de exercer alguma autoridade e não por aqueles que pertençam a uma casta de privilegiados.

Os quadros possuem em comum idéias, reações, um certo nível médio de cultura, em suma, características que podem ser definidas e em função das quais a doutrina deve ser estabelecida. É óbvio que uma doutrina, que se destina ao pessoal de carreira, que consagra a vida inteira aos problemas da guerra, não pode ter a mesma forma nem o mesmo conteúdo que aquela que se destina aos quadros da reserva. Mas como não pode haver duas doutrinas, devemos adotar uma única que, no entanto, pode ser ministrada de formas diferentes, de acordo com o auditório.

Deduz-se, pelo exposto, que há obrigatoriamente necessidade de se proceder, em cada país, a um ajustamento das doutrinas existentes. Asseveramos acima que a doutrina para uma guerra total deve ser inter-alida; admitimos, contudo, que seja adaptada às condições particulares de cada país; eis um exemplo que mostra as condições em que esta adaptação pode se tornar necessária. Sem embargo, torna-se imperativo zelar para que essas adaptações nacionais não resultem em deformações.

*

* *

Essas deformações precisam ser evitadas e para isso devemos realizar, freqüentemente, revisões e confrontos das adaptações, do mesmo modo que se realizam exercícios comuns onde os militares de diferentes países podem comparar seus pontos de vista.

Comumente, porém, preocupam-se em descobrir as verdades gerais a que atribuem um valor permanente. O espírito dos ocidentais é afeito a isto, de modo que sua tendência natural é moldar os problemas às equações simples, mesmo os ocidentais que têm a fama de ser os mais empíricos, porque todos eles são, em maior ou menor grau, filhos espirituais de Euclides e Descartes.

Já assinalamos as transformações sutis de nossos métodos de raciocínio, ao tratarmos da noção de equilíbrio no interior do corpo social. Aconselhamos a substituição progressiva da noção de causa e de efeito pela das interações. Porém é preciso levar em conta igualmente os progressos dos meios de transporte, que nos conduzem a avaliar as dis-

tâncias muito mais em função do tempo que levamos para percorrê-las do que do número de quilômetros existente entre o ponto de partida e o de chegada. Quanto ao tempo em si temos uma noção que é mais psicológica do que absoluta. Breve, sem entrarmos em considerações que não cabem aqui, será lícito admitir que, num prazo mais ou menos curto, certas noções que atualmente servem aos sábios se tornarão vulgares e darão a toda gente novas regras da lógica. Seria inúcio, nestas condições, pesquisar no momento uma verdade absoluta e mesmo válida por um longo período. Sobretudo tratando-se de doutrinas de aplicação técnica, que devem evoluir também tão depressa quanto as próprias técnicas e, se possível, preceder mesmo a evolução material. Uma doutrina militar não poderia portanto ser definitiva; convém mesmo que não o seja, porque se tal acontecer, endureceria os espíritos e impediria qualquer progresso.

Em todas as épocas a doutrina se prestou a transformações. Por que arriscar-se hoje a opor-se a essa característica?

Antigamente, quando ela ainda era lenta, podia dizer-se que a evolução era uma sucessão de acontecimentos equilibrados e estáveis, cada um deles tendo uma duração longa. Era então possível estabelecer doutrinas que se apresentavam com características de permanentes e que de fato o eram durante várias gerações. Hoje, na era da evolução rápida, poderemos dizer que os equilíbrios instáveis de curta duração se sucederão em ritmo acelerado; a doutrina corresponderá apenas a um desses equilíbrios, de modo que a procura para uma permanência e um equilíbrio estável, tornar-se-á não somente impossível, mas, também, inútil.

Eis, sem dúvida, um ponto de vista que os nossos antepassados não possuíam e que, portanto, não nos podiam legar como herança. Conservamos por tradição o respeito pela doutrina, como se fôsse um monumento edificado para durar; entretanto, a doutrina não poderá ser considerada assim e, por conseguinte, terá que ser encarada como um meio de assegurar, em dado momento e em face de circunstâncias precisas, a indispensável disciplina intelectual.

*

* *

Que vem a ser uma doutrina em essência?

É uma hipótese sobre a guerra futura.

Aferrar-se à hipótese, quando os fatos ou as experiências a contradizem, é uma atitude que evidentemente nada justifica. É preciso, então, abandonar com resolução a doutrina — dogma a que nos referimos freqüentes vezes, mesmo inconscientemente — para adotarmos a *doutrina-hipótese*.

Isso traria a vantagem de permitir modificações e mudanças sem provocar crise de consciência e sem cometer o sacrilégio de macular os princípios eternos. Entretanto, isso poderia trazer o risco de se ser conduzido a utilizar dados muito sumários e a desfazer regras, o que seria igualmente nefasto.

Que vem a ser dados muito sumários? Muitas vezes, pensa-se ter criado uma doutrina quando se organiza um plano, precedido de um preâmbulo contendo alguns pontos de vista gerais e algumas afirmações premissórias. Um plano de operações não constitui uma doutrina, representa uma ordem de execução a prazo. Ele deve logicamente corresponder a uma aplicação da doutrina; na ausência desta, torna-se necessário "o expediente provisório" para fazer face a uma necessidade, o que

dá a ilusão de uma doutrina e que, nas melhores condições, não pode pretender a ser mais do que um esboço.

O que significa o menosprezo pelas regras? Se a doutrina não fôr além de uma hipótese, não é restrita a sua autoridade e não é isso razão bastante para encorajar a sua desobediência? Se há necessidade de um longo período para a elaboração da doutrina é preciso ainda mais tempo para ela se impregnar nos espíritos daqueles que devem aplicá-la.

Quantos exemplos a história nos forneceu de regulamentos aparecidos às vésperas de uma guerra, que previam a forma da doutrina com suficiente exatidão e que jamais foram aplicados, porque o tempo para sua difusão foi demasiadamente curto? Um conhecimento que só se adquire após um longo prazo e a custa de muitos esforços, pode ser considerado e acatado se fôr modificado antes mesmo de haver penetrado nos mais baixos escalões? Os processos de instrução devem permitir, agora de modo mais rápido que no futuro, a difusão de uma doutrina que se tornou mais simples e livre de suas considerações gerais.

Uma doutrina de guerra, para ser estudada e assimilada, exige uma grande cultura, própria dos quadros superiores que têm a oportunidade de aprendê-la; entretanto, uma doutrina de aplicação técnica, como é a doutrina militar que temos em vista, pode certamente ser rapidamente ensinada e assimilada, e isto é o suficiente para os quadros subalternos.

Assim pode-se evitar os prazos demorados, incompatíveis com a rapidez atual da evolução, e manter, no conjunto do pessoal de enquadramento, uma atividade intelectual que substitui com vantagem a rotina e a rigidez que marcam comumente os militares.

Pode-se também evitar que uma doutrina, apresentada como uma hipótese, seja tratada com negligência.

Isso é tanto mais imperativo quanto, em um período de transformação rápida, é indispensável que as reações sejam idênticas diante do desconhecido da guerra, no momento em que ela surgir. O respeito pela doutrina deve ser tanto maior quanto menos sólidamente sejam asseguradas as suas bases; esse respeito, porém, não deve chegar ao feticismo.

A doutrina-hipótese deve ser preservada igualmente contra a ilusão, o desânimo e o feticismo da doutrina; deve permitir que as questões militares comportem uma atitude de espírito científico, de pesquisa, de tendência pelos ensaios e pelas verificações, uma iniciativa racional que não seja apenas o fruto de um impulso, um traço de originalidade ou a manifestação de um inconformismo, e que, por consequência, produza resultados que a doutrina — dogma admite como inacessíveis.

Qualquer doutrina deve compreender, no seu enunciado, três partes principais que têm por objeto, respectivamente, os princípios, os métodos e as regras de execução.

Os princípios e os métodos devem ser expostos de forma completa; são os fundamentos sem os quais a aplicação não pode ser feita.

As regras de execução podem ser mais ou menos detalhadas. Elas fornecem para cada situação de guerra, uma solução média e geral que precisa adaptar-se a cada caso particular.

Um pessoal bem instruído pode em rigor abster-se de regras de execução; ele é considerado como já tendo assimilado suficientemente princípios e métodos, e realizado muitas experiências práticas e em laboratórios que justificam a dispensa de um guia para todos os seus passos.

Um pessoal pouco instruído, ao contrário, tem necessidade de conhecer as soluções médias, para aplicá-las como reflexos, e evitar, na maioria dos casos, a inação ou o revés.

Parece-nos que na situação presente, e contrariamente às regras tradicionais que enunciamos, se torna necessário fornecer, para todo o pessoal um repositório preciso das regras de execução. A guerra nuclear, me-

para o pessoal de carreira, constitui uma incógnita; a guerra revolucionária, para a maioria dos exércitos é também uma grande incógnita. Os exércitos que tiveram ocasião de executá-la só a experimentaram sob um de seus aspectos, o da ofensiva. Os exércitos regulares foram mais comumente empregados, na guerra revolucionária, em operações defensivas. Estas regras de execução, por certo, são difíceis de definir; porém uma regra medíocre vale mais do que a ausência de regras, porque num ambiente de medo generalizado, já descrito linhas atrás, raras são as iniciativas felizes, se elas não são estimuladas por alguns dados simples que possam servir de referência para os executantes.

*

* *

Nós não concebemos os princípios, como é de hábito fazer-se nos textos oficiais. Geralmente, aqueles tomam o aspecto solene de verdades reveladas e indiscutíveis, são dogmas. Houve tempo em que foi preciso fixar os princípios; os espíritos que se engajaram nessa direção fizeram uma obra útil. Pouca importância tiveram as discussões acadêmicas sobre o seu número e enunciado. Podemos dizer agora que eles são proposições de bom senso e sua expressão é comumente passada ao domínio corrente. Os "princípios eternos da guerra" não são, aliás, especificamente militares; regem a ação sob tôdas as formas. Numa palavra, eles são adquiridos, e o que deve ser retido como ensinamento não decorre de sua definição, mas do estudo de sua aplicação.

Acreditamos que os princípios devem visar à aplicação de um caso preciso, que é o da guerra, tal como ela se apresenta, como na guerra total que tentamos definir na primeira parte desse estudo. Pensamos que seu enunciado, antes de evocar uma idéia abstrata, deve indicar uma conduta a seguir. Um exemplo pode fazer, sem dúvida, compreender melhor nosso pensamento, ao invés de uma explanação que comportaria grande desenvolvimento.

Uma vez que devemos deslocar o princípio da economia das forças do domínio abstrato para o concreto de aplicação dos princípios, podemos enunciá-lo assim: "repartir as forças de forma que elas possam estar, na sua maior parte, concentradas instantaneamente em proveito de um mesmo objetivo principal" frase na qual as palavras, pelo seu sentido próprio e pelo lugar que ocupam, evocam uma sucessão de fatos entre os quais se esboça uma certa hierarquia.

Nessas condições, parece que não há interesse em diminuir o número dos princípios, visando a condensar vários em um só como constantemente se tenta fazer, com a finalidade, aliás louvável, de se ter uma visão sintética e marcante dos fatos; ao contrário, mais vale detalhá-los dentro de limites razoáveis, de forma que os preceitos enunciados se apresentem claros e não haja necessidade, para sua compreensão, de longos comentários. Como não temos, absolutamente, a pretensão de definir aqui uma doutrina, não vamos tentar enumerar nem enunciar todos os princípios de aplicação que devem constituir uma doutrina militar. Indicamos somente, a título de exemplo, pela maior vantagem de por em destaque nossa opinião ao invés de apresentar propriamente os princípios, alguns já enunciados, o que nos parece corresponder a certos preceitos básicos:

- destruir o adversário é sempre o objetivo final de toda ação militar; o processo é sempre o da violência;
- subordinar toda ação às informações, de modo a poder estimar-se com precisão a urgência, a prioridade em relação a outras ações, os meios a engajar e as modalidades de sua preparação;

- subordinar, em todo plano de operações e em todos os escalões, o conjunto das ações à execução de uma ação principal, cujo êxito elimine os efeitos de eventuais insucessos produzidos nas ações secundárias.

É provável que nenhum dos princípios que se venha a enunciar seja verdadeiramente original. Desde que os homens começaram a fazer a guerra eles esgotaram o assunto; portanto é com a escolha e a apresentação dos princípios que se pode conseguir fazer obra nova.

Sentimos a tendência de incluir, também nos princípios, dados que, sem se evocar idéias abstratas nem se indicar regras de conduta prática, são contudo dados "de princípio". São indicações sumárias e simples, porém precisas, sobre possibilidades dos diferentes meios, sem cujo conhecimento é inútil querer raciocinar corretamente. É surpreendente e sumamente doloroso ao mesmo tempo, constatar-se a ignorância em que se acham alguns quadros a respeito de dados, os mais elementares, que se referem a exércitos ou armas, o que não é conveniente e, com mais forte razão, a dados que se aplicam aos meios não militares.

A inclusão desses dados no capítulo dos princípios tem em vista acentuar o caráter utilitário da doutrina e de sua tecnicidade. Isto permite livrar a doutrina deste aspecto dogmático contra o qual se opõe nossa formação. E, de mais, pode servir perfeitamente de introdução aos métodos, dando a esses as bases numéricas que eles têm necessidade.

*

* *

No nosso ponto de vista, a doutrina deve fixar quatro métodos: um método de raciocínio, um método de comando, um método de execução e um método de instrução. Visam, cada um dentro dos seus próprios domínios, à aplicação dos princípios em função dos dados fundamentais que acabamos de propor para incluir nos mesmos. Os métodos, na nossa opinião, têm, praticamente, igual importância.

Não devemos insistir a respeito dos métodos; no decorrer do nosso trabalho tivemos a oportunidade de tratar dos novos aspectos que apresentam o raciocínio, o exercício do comando, a execução e a instrução. Sob pena de dar a estes problemas um desenvolvimento em desproporção com o conjunto de nosso estudo, não vamos repetir o que já foi escrito.

São verdadeiramente domínios novos a explorar, ou mais exatamente, nos quais convém fazer passar, no campo das aplicações práticas, as experiências que já foram feitas. Não é demais acentuar a importância e a urgência da aplicação imediata dos métodos, porque eles constituem a ossatura da doutrina, o elo, ou melhor, a charneira entre os princípios e as regras de execução. Formam, sem dúvida também, a parte mais estável, aquela em que as modificações podem intervir menos rapidamente. Saber raciocinar, comandar, executar e instruir é, para um chefe militar, conhecer o essencial do seu "métier" e os conhecimentos adquiridos nesse domínio, jamais são perdidos; isso permanece de pé, mesmo se os princípios mudam e se as regras de execução são modificadas.

Os desenvolvimentos que consagramos à guerra nuclear e à guerra revolucionária, na primeira parte do nosso estudo, e à forma e ao conteúdo da doutrina, na segunda parte, parece-nos ser de natureza a fixar vários pontos relativos aos métodos. Desejamos apenas acrescentar aqui que os métodos podem ser gerais e tanto aplicáveis às circunstâncias da guerra nuclear como às da guerra revolucionária, desde que sejam concebidos em decorrência e sejam suficientemente flexíveis para serem adaptados às diferentes situações.

Com as regras de aplicação já é diferente. Estas figuram nos detalhes da execução e não podem ter denominador comum entre guerra nuclear e guerra revolucionária, como ensaiamos mostrar na primeira parte de nosso estudo.

A guerra nuclear é antes de tudo uma guerra de aviação com bases em terra ou em belonaves; ela pode tornar-se mais tarde uma guerra de projetis à longa distância. A escolha dos objetivos depende de informações obtidas sobre o dispositivo do adversário, da execução das missões de destruição de um sistema quase instantâneo de comunicações e de detecção e, ao mesmo tempo, do funcionamento preciso e sem retardos da logística. Seu sucesso, ou seu fracasso, depende da qualidade da infraestrutura, muito mais ainda do que da qualidade dos meios de lançamento. É, portanto, sobre a organização, sobre o funcionamento e sobre a proteção da infra-estrutura que se precisa exercer o esforço.

Ao contrário, se a infra-estrutura da guerra revolucionária pode evidentemente ser considerada como de interesse secundário, é a ação de contato que tem a primazia.

É preciso, pois, que os problemas da guerra nuclear sejam resolvidos da retaguarda para a frente, e os das guerras revolucionárias da frente para a retaguarda, se é que os termos de frente e retaguarda manterão a significação literal na guerra do futuro. Melhor será dizer, sem dúvida, que os primeiros se resolverão em função de condições diversas que determinarão a execução; os segundos a partir da execução, mesmo deduzindo-se as condições a cumprir para que tal coisa venha a ser possível.

Mas é preciso diferenciar os diversos casos que podem se apresentar numa e noutra forma de guerra. As regras de execução de uma ação nuclear não são as mesmas segundo venha ela a ser lançada de uma base fixa ou de uma base móvel — por meio de uma força marítima, por exemplo — e segundo possa ser realizada por meios aéreos ou por projetis à grande distância; uma base estratégica desdobrada sobre um continente não se defende como uma base implantada sobre uma ilha; a guerra revolucionária não se conduz da mesma forma se ela é provocada do exterior, num conflito que se alinha na categoria que chamamos de guerra de expansão, ou se ela tem origem no interior, numa guerra civil; o papel das Forças Armadas e as condições de utilização da violência não são exatamente as mesmas; uma guerra revolucionária num meio social de estrutura simples não tem as mesmas forças que num meio social de estrutura complexa; as regras de execução não podem ser idênticas. Pode-se facilmente multiplicar os exemplos da diversidade dos casos a antever. A partir do tronco comum que formam os princípios e os métodos, as regras de execução se ramificam em formas numerosas, correspondendo cada uma a um caso possível e a uma preparação prática das diversas ações previsíveis.

*

* *

Acreditamos que, como fizemos ao comparar as condições da guerra nuclear e da guerra revolucionária, nossas conclusões podem aparecer mais nitidamente num quadro que recapitule os diferentes aspectos sobre os quais nos detivemos. E este quadro dará, acreditamos, a conclusão mais completa, mais simples e mais prática do nosso estudo.

DOCTRINA DE GUERRA	DOCTRINA DE APLICAÇÃO TÉCNICA
<ul style="list-style-type: none"> - Define as formas gerais da guerra. - Precisa a tarefa dos diferentes meios de guerra (1). - Fixa as regras gerais da combinação dos meios (1). 	<ul style="list-style-type: none"> - São deduzidas da doutrina de guerra. - Diz respeito ao acionamento dos meios de guerra (1). - Aplicam-se aos diferentes setores da atividade social, notadamente: <ul style="list-style-type: none"> - à proteção; - às informações; - à economia; - à administração e propaganda; - às Forças Armadas.

	DOCTRINA MILITAR
<ul style="list-style-type: none"> - Finalidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Fornecer regras práticas sobre a atuação das Forças Armadas, no quadro geral das atividades de guerra de uma coligação e, mais particularmente, de um país. - Três partes:
<ul style="list-style-type: none"> - Como se apresenta 	<ul style="list-style-type: none"> - Princípios: <ul style="list-style-type: none"> - Princípios de aplicação. - dados fundamentais. - Métodos: <ul style="list-style-type: none"> - de raciocínio. - de comando. - de execução. - de instrução.
<ul style="list-style-type: none"> - Sugestões sobre as modalidades do estabelecimento da doutrina 	<p>Regras de execução:</p> <ul style="list-style-type: none"> - para os diferentes casos da guerra nuclear. - para os diferentes casos da guerra revolucionária.
	<p>I - Evitar toda confusão entre a doutrina de guerra e a doutrina militar.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estabelecer os laços entre a doutrina militar e as outras doutrinas de aplicação. - Reservar a Força Armada para o emprego da violência. <p>II - Levantar em conta os aspectos sociológicos da guerra (noção de equilíbrio e de inter-reação das causas e efeitos).</p> <ul style="list-style-type: none"> - Levantar em conta os fatores psicológicos. - Levantar em conta os armamentos utilizáveis. - Estabelecer a doutrina tendo em vista a formação dos quadros. <p>III - Não procurar o absoluto nem mesmo o durável.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Considerar a doutrina como uma hipótese, sujeita a revisão, correções e mudanças. <p>IV - Dar aos princípios e aos métodos um valor geral, aplicável a todos os casos de guerra.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Seriar as regras de execução em função dos casos prováveis da aplicação prática.

(1) Diferentes setores de atividade da Nação.

CONCLUSÃO

Chegamos ao fim do nosso estudo. Tentamos dar os elementos de uma solução ao difícil problema que consiste em acomodar, sobre o plano militar, uma evidente decalagem entre a evolução rápida do mundo em todos os domínios e aquela menos rápida da doutrina.

O que propusemos, temos consciência de que é apenas um paliativo, esperando que as estruturas sociais — e a organização militar é uma delas — se ponham em harmonia com as condições morais e materiais nas quais vive o mundo moderno.

Os comunistas acreditam ter encontrado essa harmonia. Parece contudo que suas concepções militares se afastam pouco a pouco das regras ortodoxas do marxismo integral. Por sua vez eles caem em contradições que tão freqüentemente denunciam no campo dos "Capitalistas". Sabemos que nosso sistema social é mais rico, mais flexível, mais plástico, e mais capaz do que o deles para se adaptar às novas condições da vida. É por isso que acreditamos que as doutrinas transitórias, que parecem por vezes seguir uma lógica discutível e se fundamentam sobre bases instáveis, conduzirão, por etapas, a uma situação mais equilibrada. Um estudo sobre a doutrina poderá portanto ser menos conjectural, e, assim, a pesquisa da verdade mais fácil.

"Estudemos os fatos que a História nos oferece, para compreendermos os complexos fenômenos da Guerra".

Gen Foch

—X—

A Guerrilha é uma arma de grandes possibilidades e relativamente barata, adaptável às guerras clássica e nuclear. Seu emprêgo simultâneo no início das outras operações deve ser planejado desde já.

—X—

"Os Exércitos mais mecanizados não são necessariamente os mais móveis: podem ser imobilizados pela abundância de seus meios.

A mobilidade tática de um Exército depende da adaptação de seu equipamento, armamento e instrução à ocasião e ao TO onde é empregado".

Cel B. E. M. CLOSE — Ex. Belga

HISTÓRIA MILITAR E DOCTRINA MILITAR

- “Os melhores ensinamentos para o futuro se encontram nas lições do passado.”

General H. C. B. VON MOLTKE

- L. Rousset, ao estudar a personalidade de Von Moltke, Chefe do Estado-Maior Alemão durante 30 anos, escreveu:

“Desprovido de gênio criador e tendo disso consciência, não procurou êle inventar uma nova forma de arte, mas apenas reencontrar, no exame atento e refletido das guerras anteriores, o segredo da conduta das grandes operações, que parecia perdido. Assim procedendo, mostrou-se mui sábio e avisado, pois dessa forma se tornava tangível e, ao mesmo tempo, acessível ao maior número o objetivo consagrado nos altos estudos militares.”

- “Para compreender-se a evolução normal da Doutrina Militar e prever seu desenvolvimento futuro, é essencial um conhecimento generalizado de História Militar.”

General BLEMENTIT

Os conceitos emitidos nos artigos assinados em a SEÇÃO DE DOCTRINA MILITAR, são da exclusiva responsabilidade dos autores, não traduzindo, portanto, orientação da Diretoria da Revista.

Os originais publicados poderão ser transcritos, salvo quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e o autor.

A correspondência para SEÇÃO DE DOCTRINA MILITAR deverá ser endereçada a:

Maj Amerino Raposo Filho

“A Defesa Nacional”

Ministério da Guerra — Rio de Janeiro — Brasil.

II — GUERRA REVOLUCIONÁRIA

METODOLOGIA DA GUERRA SUBVERSIVA

Coronel DE ROUGEMONT, do Exército Francês
Trad. do Ten-Cel A. J. VON TROMPOWSKY

Nota do Redator:

Quando a atenção dos estudiosos da Guerra se volta, presentemente, para uma de suas formas, cada vez mais expressiva e importante — que dizendo respeito às ações irregulares no campo ideológico-operacional — não há como negar o valor de um trabalho como o que os leitores de “Doutrina Militar Brasileira” terão o prazer de conhecer, de autoria do Coronel De Rougemont e traduzido por especial deferência do Ten-Cel A. J. Von Trompowsky, atualmente servindo na ECEME. Sobretudo, porque a Guerra Revolucionária, se tem sido fartamente estudada e praticada pelo Bloco Oriental — e, portanto, doutrinarmente estruturada como de fundo essencialmente ideológico-marxista, e o melhor que se poderia citar como exemplo, é o próprio quadro do Mundo Atual, que se prepara, ou já vive talvez, a “anunciada e prevista 3ª Guerra Mundial...”, denunciando o sentido de Conflito, antes de mais nada, ideológico, de opção, duma maneira de vida em última análise — se assim acontece dum lado, o mesmo não se observa na maioria dos países do Mundo Ocidental, onde esse problema não tem merecido tratamento adequado e realmente objetivo. Tirante o exemplo da França, que conhece por experiência própria, e sabe por sinal quanto lhe tem custado o desgaste tremendo dessa “outra forma de fazer a Guerra”, muito pouco se tem feito para enfrentar as diferentes manifestações da Guerra Revolucionária, principalmente no campo operacional.

A própria conceituação filosófica e a decorrência metodológica no campo doutrinário-militar, ainda se ressentem de base firme e definitiva. Ou, pelo menos, com personalidade plenamente configurada no quadro geral da Guerra Moderna.

Dai o sentido inegavelmente útil de tudo que se fizer, com vistas a equacionar o problema. Mesmo que o estudo se limite, como no caso presente, a formular indagações e se restrinja ao domínio teórico e conceptual. E a atualidade do assunto interessa de perto a nós outros, quando mais não seja, como base de partida para a própria definição que se intenta, isto é, se chamaremos Guerra Revolucionária, Insurrecional ou Subversiva...

* * *

O autor destaca inicialmente que “existe, não há porque duvidar, dois sistemas de interpretação e se pode discernir duas orientações”, ou “métodos”, isto é:

- o da escola da Sociologia Revolucionária, cartesiana, visando a selecionar e arrumar os grupos de fatos, de modo racional, utilizando intensamente a Sociologia e a Estatística;

- o da escola Histórica, fundamentado naturalmente na experiência acumulada, onde se vê que desde os tempos mais remotos aflora a Guerra Irregular, com finalidades diversas das que a concepção marxista-leninista atribui.

Se o 1º método confere considerável crédito às concepções de Lenine e Mao Tze Tung, fundamentando a Guerra Revolucionária nas teorias de luta de classe e da revolução permanente, o mesmo não se observa no 2º método, cuja tese, em última análise, é negar que “tôda revolução só poderá ser inspirada, suscitada, desencadeada, conduzida e ampliada, pelas forças do comunismo”.

E é o próprio Cel Rougemont quem assim argumenta, citando inclusive aspectos altamente vulneráveis dessa tese tão capciosa, como por exemplo, os movimentos subversivos de Berlim (53), de Varsóvia (1956) e de Budapest (1956), além da agitação em Chipre. E, mais, acrescenta que existem hoje, como sempre existiram, rebeliões inspiradas no nacionalismo, no racismo, na fé religiosa; enfim, “num conjunto de reivindicações sociais e de sentimento autonomista...”.

O autor aproveita a oportunidade para falar, por alto, no “universalismo do comunismo, que se vem chocar contra os nacionalismos”. Donde, aspectos interessantes por êle destacados, como os relativos a:

- utilização na Tática Operacional, de processos revolucionários dos comunistas, ao contrário do campo da Estratégia, bem diferente;
- múltiplas contradições dos conflitos insurrecionais;
- interpretação de algumas idéias de Mao Tse Tung, relativamente à “nacionalização” da Guerra Revolucionária chinesa.

* * *

Há, portanto, que aprofundar os estudos, as pesquisas com vistas à Guerra Revolucionária, no sentido de estruturar, em meio ao “sem número de variáveis que o problema comporta”, uma doutrina efetivamente fundamentada na Estratégia de Segurança Nacional, Regional e, até, Mundial.

E é ainda o Cel Rougemont quem adverte, dizendo que “há que esclarecer, não apenas a relação das forças, mas sobretudo a entrosagem da Política e da Arte Militar”.

Que nos inspiremos do método histórico e não esqueçamos, inclusive, as diferentes manifestações da Guerra Revolucionária registradas em nossa própria história, nos períodos Colonial, Imperial e Republicano...

Maj A. RAPOSO FILHO

Se fôsse preciso demonstrar a complexidade dos fenômenos que constituem uma “guerra subversiva”, bastaria invocar a dificuldade que se encontra em defini-la. Enquanto o Larousse e o Littré nos apresentam em seis ou sete palavras, uma explicação satisfatória da palavra “guerra”, nada menos que três ou quatro linhas foram necessárias à comissão, que discutiu longamente a terminologia subversiva, para tentar englobar tôdas as formas dêste gênero de conflito.

Todavia, sentiu-se logo a necessidade de uma distinção, entre o que se denominara “guerra subversiva” e o que tinham escrito os Teoristas comunistas. Também se convencionou chamar, desde logo, “guerra revolucionária”, à expressão da doutrina, elaborada pelos marxistas-leninistas, para conduzir uma “guerra subversiva” e, a rigor, uma guerra de forma clássica.

Esta dupla designação assegura, então, uma separação entre duas categorias de fatos e de noções, que às vezes se confundem. As diversas reflexões submetidas ao leitor não têm outra finalidade que esclarecer a importância da teoria revolucionária na explicação dos fenômenos subversivos, porque o agulhão da atualidade já nos levou a numerosos estudos e o problema é mais de fixação de um método, para analisar os resultados dos inquéritos, do que de intensificação das pesquisas.

Porém existe, não há porque duvidar, dois sistemas de interpretação e pode-se já discernir duas orientações em todos os escritos publicados nestes últimos anos.

Se não se temesse forçar o termo, poder-se-ia falar das manifestações de duas "Escolas" para designar analogias de pensamento indiscutíveis. É preciso também comparar os argumentos de uns e de outros e julgar os seus processos de análise.

Um primeiro método é próprio de uma família intelectual, mas que se seria tentado a designar Escola da "Sociologia revolucionária", porque ela se esforça para encontrar, desde logo, uma lógica no desenrolar dos acontecimentos.

Ela se dedica a selecioná-los e dispô-los numa ordem que parece racional. Reúne enfim os grupos de fatos, assim revelados, aos efeitos de uma ou duas causas primordiais.

Naturalmente, esta tarefa é inspirada por um subconsciente Cartesiano e pelo cuidado de transformar a confusão dos fatos na unidade de uma teoria: porém ali também se encontra o cuidado de aplicar aos fenômenos subversivos os processos de investigação apropriados às ciências sociais.

Esta atitude encontra uma primeira justificação no apoio que a sociologia traz à conduta da guerra psicológica, fornecendo-lhe dados precisos sobre a estrutura e o comportamento dos grupos humanos, sem falar das técnicas propriamente ditas da Propaganda.

Os resultados encorajadores obtidos, por exemplo, no domínio das sondagens de opinião e no da previsão das paixões coletivas, pelo menos quando elas são de natureza elementar, encontram certamente sua aplicação na percepção dos motores psicológicos de uma subversão. Deve-se, entretanto, notar a dificuldade, se não a impotência, de "reduzir à estatística" certos impulsos muito complexos como, por exemplo, os sentimentos de lassitude que acabam por invadir os rebeldes, ou ainda, as manifestações de temor que paralisam os desejos de reunião.

A sociologia certamente chega a formular os impulsos que geram os famosos reflexos condicionados, e, obtem às vezes o registro satisfatório de uma manifestação de opinião.

Poder-se-ia multiplicar os exemplos históricos dos erros que teriam cometido os sondadores de opinião se eles tivessem diagnosticado as reações populares e as estranhas reviravoltas de uma multidão, de uma assembléia e mesmo de toda uma população.

Porém a utilização da sociologia e da estatística não é o único aspecto do método que tentaremos descrever. Ele é caracterizado antes de tudo, se não na maior parte, pelo crédito atribuído à concepção da "guerra revolucionária" própria de Lenine e Mao Tse Tung.

Existem, naturalmente, gradações nesta pesquisa constante de uma explicação pelas teorias da luta das classes e da revolução permanente.

Os mais ardentes partidários estabelecem, em princípio, que o marxismo-leninismo exerce uma atração irresistível sobre as massas. No seu ponto de vista não se poderia mais conceber uma rebelião, que não fôsse suscitada, desencadeada, conduzida e ampliada pelas forças do comunismo. Eles apresentam de outro lado a seguinte justificativa: admi-

tindo mesmo que possam existir aspirações estranhas ao seu dogma, os dirigentes do comunismo mundial não poderiam se desinteressar desta possibilidade de reunião. Eles não tardariam em provocar a inflexão desta impulsão subversiva e operariam muito depressa sua transformação em guerra revolucionária orientada em seu benefício. Cedo tirariam a máscara e não dissimulariam por mais tempo que eles sonham com a instauração de outra democracia popular.

Bem entendido, os adeptos desta tese não se privam de citar a fra-seologia adversa: a "curva natural dos acontecimentos", os famosos "sentidos da história" e a atração decisiva do marxismo-leninismo sobre as populações subdesenvolvidas. Eles explicam assim a impregnação obrigatória do comunismo e o caráter de luta sem tréguas impôsto a todas as disputas sociais.

Porém, não é necessário insistir muito para demonstrar a precariedade desta tese. Para nos atermos a fatos mais recentes, viu-se um movimento "subversivo" que não seguiu certos passos da "guerra revolucionária", em 17 de junho de 1953 em Berlim, assim como em Varsóvia e, sobretudo, em Budapeste em 1956. Pode-se acrescentar que a agitação cipriota não foi instigada pelos marxistas-leninistas.

Existem hoje, como sempre existiram, rebeliões que são inspiradas tanto pelo nacionalismo, quanto pelo racismo, pela fé religiosa, por um conjunto de reivindicações sociais e desentendimentos autonomistas. Certamente se poderão acrescentar impulsos "revolucionários" mais ou menos intensos, que darão lugar a interferências; porém serão necessárias circunstâncias muito particulares para se verificar a luta de classes em estado puro e todos os fenômenos descritos pelos teóricos comunistas.

Em particular, o universalismo do comunismo vem se chocar contra os nacionalismos e não há necessidade de se insistir sobre os disfarces que deve adotar a ortodoxia para explicar as incessantes contradições do internacionalismo e dos patriotismos.

Enfim, os múltiplos exemplos de países que se revelam, completamente, ou em parte contrários a toda transfusão do marxismo-leninismo, atestam com evidência que as convulsões insurrecionais podem ser motivadas por outros objetivos que não o da ditadura do proletariado.

Entretanto, nem todos os adeptos da Escola da "Sociologia revolucionária" confundem tão absolutamente a "guerra revolucionária" e a "guerra subversiva". Certamente se limitam a pensar que os mecanismos da conquista do poder, definidos por Lenine e Mao Tse-Tung, serão aplicáveis e aplicados por todos os rebeldes.

Não se pode admitir, afirmam eles, que as técnicas comunistas de propaganda, de arregimentação, de utilização da clandestinidade, do recurso ao Terrorismo e da conduta das operações de guerrilha, não sejam adotados cegamente. Elas são tanto mais sedutoras por serem o fruto de numerosas experiências e apresentam, por isto, um sinete de realismo e de eficácia.

Não se pode deixar de aderir a esta afirmação e os recentes acontecimentos da AFN (ALGÉRIA FRANCESA DO NORTE) demonstram a preocupação dos rebeldes em copiar a tática-revolucionária pelo menos nos seus processos. Porém, subsiste a discussão quanto à adaptação "integral" da Estratégia.

As condições da conquista do poder são, com efeito, descritas com exagerado rigor para serem aceitas: o mesmo se dá quanto às etapas sucessivas impostas à marcha da revolução proletária.

Os escritos de Mao Tse Tung devem, em particular, suscitar uma crítica muito mais atenta, já que o autor se beneficia duma admiração indiscutível e que as citações de suas obras se tornaram o acompanhamento obrigatório de um grande número de estudos sobre a guerra sub-

versiva e mesmo sobre a guerra em geral. Clausewitz mantém ainda penosamente sua reputação, porém Napoleão, Foch, De Gaulle, Guibert, etc.... parecem cair no esquecimento!

Este desfavor parece tanto mais surpreendente porque os escritos de Mao Tse Tung oferecem um duplo aspecto.

Ele quis primeiro vulgarizar, em atenção a seus discípulos, os grandes preceitos da Arte Militar e o afirma especificamente no famoso tratado que escreveu em 1936, para os quadros de seu exército.

Também se encontra em quase todas as páginas, os traços da formação demasiado escolar recebida pelo autor na Academia Militar de Whan Po, que então comandava, paradoxalmente, Tchang Kai Chek!

Não fôsse o cuidado de vestir uma Estratégia e uma Tática, bastante clássicas, com o manto da fraseologia marxista, seriam gritantes os lugares comuns. Seria, por outro lado, útil para cada pesquisador relacionar na obra de Mao Tse Tung todas as fontes a que ele recorreu. O paralelismo entre numerosos parágrafos e os textos de seus ancestrais seria certamente esclarecedor!

Porém pode-se igualmente ler nas primeiras páginas de seu tratado sobre a guerra Revolucionária esta frase: "Devemos estudar as leis da guerra em geral, assim como as leis da guerra revolucionária em geral, e, finalmente devemos estudar as leis da guerra revolucionária na China.... A revolução chinesa e o exército vermelho chinês estão submetidos a condições particulares".

Não se poderia assinalar com mais nitidez, a relatividade da doutrina professada pelo chefe atual da China.

Conviria desde logo reconhecer um caráter universal nos mecanismos de desagregação, preconizados num país de dimensões enormes, permanecendo em sua maior parte rural, abalado pela venalidade das classes dirigentes, fervilhando de contradições espirituais e morais, abandonado, por hesitação, pelas grandes nações, após o tratado do Japão?

Seria preciso "cortar os pés para entrarem nos mesmos calçados". A comparação é do próprio Mao Tse Tung e é dela se serviu para mostrar que não se podia imitar servilmente a tática revolucionária dos russos!

Limitemo-nos a citar um exemplo. Afirma-se, às vezes, que é inútil para os rebeldes assegurarem a posse de uma grande porção de território, a fim de poder implantar um "governo de libertação". Afirma-se, interpretando Mao Tse Tung, que a subversão é suscetível de se desenvolver na clandestinidade e que é suficiente conquistar, pouco a pouco, as massas. Porque, seguindo uma comparação famosa, o exército revolucionário poderia viver no meio do povo como o peixe na água.

Ora, as forças comunistas subsistiram na China, após a prova da "Grande Marcha", porque puderam se incrustar nas províncias do norte. Elas conseguiram salvar a "libertação" desta fração do solo chinês e foi assim que puderam vencer através mil outras vicissitudes.

Do mesmo modo, o VIET-MINH poderia ter sido vencido, se ele não tivesse conseguido se implantar, desde 1945, numa série de regiões de onde jamais foram desalojados: destes redutos, onde se organizou, instruiu suas unidades, recebeu suprimentos e socorros de toda natureza, ele obteve o depauperamento dos outros territórios. Assim mesmo fracassou em certos pontos, notadamente no VIETNAM do sul.

Porém, o desmentido mais evidente aos doutrinários da guerra revolucionária é trazido pelos próprios fracassos do marxismo-leninismo e por sua impotência em realizar as fases previstas para a conquista do poder. Fracassos na Alemanha de 1919 a 1933, fracasso na Espanha, fracassos iniciais na Grécia, etc....

Ao contrário, pode-se afirmar que a Polônia não teria, talvez, perdido para o outro campo, se os Anglo-Saxões não tivessem abandonado Bor-Komorowsky, Anders e o governo de Londres. Miguel da România não teria sido derrubado e Benes rejeitado, se os carros soviéticos não tivessem impedido uma guerra subversiva conduzida segundo as normas revolucionárias.

A realidade nos aparece, sem cessar, diferente da descrição que é feita pelos teóricos comunistas. Também os depositários de seus pensamentos estão reduzidos à contingência de apresentar o desvio de uns, a incompreensão de outros e o "Titoísmo" de terceiros para justificar o divórcio entre os fatos e o dogma.

É por outro lado certo que a história virá esclarecer um dia (quando ela puder ser escrita objetivamente) as múltiplas deformações sofridas pelo esquema na revolução russa, começada em 1905 e terminada em 1921 e na revolução chinesa, que se estendeu por um lapso de tempo pelo menos igual.

Assim, então, é muito perigoso recorrer-se unicamente à guerra revolucionária para definir, à priori, a curva dos acontecimentos numa rebelião do tipo Algeriano e sobretudo num conflito interno, como poderia acontecer num país europeu de civilização antiga.

Em oposição à Escola da "Sociologia Revolucionária" poder-se-ia colocar o pragmatismo de uma Escola, que seria necessário designar "histórica", se se desejar caracterizar numa palavra a essência da argumentação.

Porque, fiel às tradições do humanismo militar, ela tira da história as principais explicações, sem negar completamente à sociologia e ao conhecimento das teses comunistas um papel, que em certos casos, será determinante.

A justificativa de uma tal tendência pode ser encontrada na própria expressão que designa o objetivo dos estudos, isto é, a "guerra subversiva".

Nesta expressão, a ênfase é colocada, sem dúvida, sobre a palavra "guerra" e a "subversão" não aparece se não a título de diferenciação.

Desde logo é possível enfiar a complexidade da "guerra" num conjunto de leis e preceitos rigorosos? Pode ser formulado o desenvolvimento fatal e minucioso das hostilidades? Os homens já viveram dois conflitos semelhantes?

Estrategistas e táticos discerniram outra coisa além de princípios muito gerais e de processos, infinitamente variáveis e de rendimento incerto? Se fôsse de outra forma, as demonstrações dos mestres teriam sido teoremas e as campanhas de Napoleão, ou de Frederico, teriam sido a reprodução de um mesmo esquema.

Parece então impropriedade que a "guerra subversiva" faça exceção e que admita um desenrolar rigoroso e regras quase inflexíveis, só porque Mao-Tse Tung e Lenine acreditaram poder defini-la.

Os fatos estão aí para atestarem que se encontram múltiplas condições nos conflitos insurrecionais: o sucesso é conseguido tanto pelo Estado, como pelos rebeldes, quando a balança parece, deveria sempre pender em sentido inverso. Tanto a revolta se extingue pela lassidão, como triunfa porque os governos não acreditam mais na vitória. Tanto, a ajuda exterior leva à decisão, como não evita a repressão.

Em todo caso, é impossível achar outras inflexões dos acontecimentos que a passagem da iniciativa de um campo para outro.

Bem melhor, à análise atenta das causas do desenlace, faz aparecer cada vez fatores diferentes: aqui as dificuldades do terreno permitiram uma guerrilha prolongada; ali são as populações fiéis que tem saneado vastos países, acolá a discórdia paralisa os rebeldes, e lá é a firme ati-

tude de certos chefes que tem subjugado os revoltosos. Aqui a repressão brutal facilitou a pacificação, ali ela falhou. Aqui a clemência triunfou, ali ela consumou a ruína do estado.

Estas constatações não devem decepcionar o espírito; quanto mais um problema admite variáveis, tanto mais as soluções fervilham e se encontram problemas mais complexos que os conflitos que acutilam os homens no mais profundo de seu coração?

A necessidade de uma pesquisa histórica cada vez mais objetiva e exaustiva, vem então se impor pois que é preciso esclarecer não somente a relação das forças, mas sobretudo a entrosagem da política e da arte militar.

Ora, os teóricos comunistas afirmaram com tanta força a indivisibilidade da Estratégia revolucionária e da impulsão ideológica que se poderia ser tentado de considerar isto como uma aquisição recente.

Certamente, pode acontecer que o exército desempenhe o papel de um braco secular e que seus chefes sejam privados de toda a iniciativa no domínio da ação política. Porém, os resultados foram decepcionantes. A luta contra a subversão é "a fortiori", a conduta de uma ação subversiva exige uma ampliação dos conhecimentos militares. Ora, esta noção era, parece, muito mais familiar aos chefes de outrora, já que a conduta de uma companhia era inseparável de um conjunto de injunções políticas.

A escolha ou a utilização de aliados, a desarticulação de ligas pela exploração de rivalidades, a conclusão de tréguas para apaziguar certas oposições, a conquista de certas cidades para obtenção de recursos e dêles privar os adversários, as deserções obtidas a custo de suborno ou de promessas, o recurso incessante ao artilho, à espionagem e à traição, quando esta possa ser suscitada: tudo isto constituía a arte do Príncipe de conservar o seu patrimônio e de adquirir novas províncias.

O que era a guerra no século XVI, ou mesmo no século XVII, tornou a ser atualidade.

Não, certamente, que se precise buscar na guerra dos 30 anos, nas campanhas da Itália e sobretudo nos intermináveis conflitos que foram a consequência da Reforma, os processos para desagregar as rédes da FLN (Frente de Libertação Nacional), ou de outras organizações clandestinas. Porém, dali se extraem, com certeza, numerosas lições do passado.

Os contornos da arte militar são definidos pelas próprias formas da guerra. Mas esta não é somente, como se afirma o produto da evolução dos armamentos. Ela é, também, o reflexo de um estado social e político: que os dados humanos e internacionais venham a se modificar profundamente e a fisionomia da guerra será singularmente alterada!

Ora, a luta subversiva se caracteriza por uma diminuição da importância que tomam os armamentos nos combates de tipo clássico. Em consequência, os outros fatores adquirem um relevo mais vigoroso. Assim se encontram restabelecidas as condições gerais da arte militar no período que precedeu a era Napoleônica.

Nossos estudos serão então conduzidos para reencontrar, sob outro aspecto o que já foi outrora "normal".

Assim a história não é esta velha dama de encantos desvanecidos pela idade, a que se fecha, muitas vezes, cortêsmente, a porta de nossos cenáculos. Que ela ali ocupe um lugar ao lado da Sociologia, da Psicologia das multidões e da doutrina revolucionária. As afirmações dos novos recém-chegados, ela poderá misturar sua voz para criticar, confirmar e sugerir.

Não é o próprio Mao Tse Tung que nos convida a esta pesquisa, introduzindo em seus escritos incessantes referências ao passado?

Seu longínquo predecessor Sun Tzu, tinha declarado então (no 6º século AC): "Recordai as vitórias que foram conseguidas, as circunstâncias da luta e sabereis assim o uso que delas se fez, as vantagens por elas proporcionadas ou os prejuízos que elas causaram aos próprios vencedores".

Não se poderia encontrar melhor conclusão que este outro apêlo de Sun Tzu, para afastar todo o dogmatismo no estudo das coisas da guerra.

"Cada dia, cada momento, cada circunstância requer uma aplicação particular dos mesmos princípios... Um grande general deve saber a arte das mudanças".

DOUTRINA PARA TO SUL-AMERICANO

"Trata-se essencialmente de:

- respeitar a Doutrina, a parte permanente (ou menos variável) da experiência da Guerra;
- utilizar os Processos, tanto na Organização, como na Tática, como na Estratégia, escolhendo e adaptando os mais adequados às circunstâncias particulares ao meio e às modalidades da Guerra em cada Teatro de Operações, encarando quer o caso de se dispor de aparelhamento completo, quer também o de possuírem recursos deficientes e muito aquém das necessidades. É preciso, repito, encarar a Guerra do rico, dos meios poderosos, mas não abandonar a eventualidade da Guerra com recursos reduzidos.

Não se trata de copiar servilmente nenhum regulamento, nenhuma organização, mas de adaptar com inteligência.

Não se trata de aceitar cegamente opiniões alheias, mas de analisá-las, compreendê-las para aplicá-las com critério pessoal.

Adaptação inteligente, flexibilidade de espírito na aplicação dos processos de guerra. Eis a pedra de toque de nossos estudos, das nossas concepções e das nossas realizações. Como vimos, a diversidade dos TO eventuais e a situação ocasional dos meios de guerra, impõem soluções várias para cada caso, as quais, por sua vez, terão que se modificar à medida dos progressos do país e do aumento de possibilidades das organizações armadas."

Ten-Cel T. A. ARARIPE

(Trecho dum trabalho sobre Doutrina na América do Sul)

III — ORGANIZAÇÃO

A CAVALARIA SOVIÉTICA

(Conclusão)

Ten-Cel OBINO ALVARES

Chefe da Seção de Cavalaria e Blindados da ECEME

VII — CARACTERÍSTICAS DA DC

A principal característica da DC russa é a sua mobilidade, definida pela capacidade do movimento a cavalo. É por essa razão que ela é incluída entre as divisões móveis, ainda que sua velocidade seja pequena quando comparada à das D Mec e DB.

A potência de fogo é outra das remarcadas características da cavalaria soviética. Aliada a um apreciável conjunto de armas individuais encontramos na DC cerca de 250 armas automáticas. Entretanto, os morteiros e os canhões constantes dos quadros de dotação, melhor que qualquer outro tipo de petrecho, demonstrarão a grande potência de fogo dessa GU. Nêles encontramos:

- 40 morteiros de 80 mm, no nível Grupamento de Cavalaria;
- 12 morteiros de 105 mm e 12 obuses de 105 mm, no nível RC;
- 21 canhões AP 105 mm e 44 canhões de 80 mm de CC, no RCCM;
- 24 morteiros de 120 mm e 16 canhões de 80 mm na AD.

Ainda no aspecto potência de fogo, dois itens merecem ênfase especial: a DAC e a DAA. O armamento anticarro está disponível em todos os escalões, desde o GC, que conta um lança-rojão de 80 mm para a defesa aproximada de seus 8 homens, até a AD, que dispõe de uma bateria anticarro motorizada, de 80 mm. A defesa antiaérea se inicia no escalão-regimento com as metralhadoras de 12,5 mm e se realiza com plenitude na AD, que dispõe do material de 40 mm.

A terceira característica é definida pela existência de elementos de velocidades diversas no íntimo da organização divisionária: formações hipomóveis e unidades de carros de combate. Ela apresenta vulnerabilidades e aspectos positivos pois o RCCM dá um maior ímpeto ofensivo ao ataque da DC, enriquece e dá maior flexibilidade à DAC e permite ao comandante da divisão, sempre que as circunstâncias permitirem, procurar seus EEI à maior distância possível do seu corpo principal.

A quarta característica é constituída pela existência de numerosos comandos nos níveis intermediários:

4 comandos básicos no nível regimento;

12 comandos menores no nível BCC — Grp Cav.

Tal articulação permite uma variada organização para o combate e dá à divisão de cavalaria soviética uma admirável flexibilidade operacional.

Por último, a quinta de suas características básicas é constituída pela natureza dos meios de apoio administrativo, estruturados sobre o transporte hipomóvel. Tal tipo de transporte, 5 vezes mais lento que o transporte motorizado e de alcance 4 vezes menor, constitui, por si só, uma servidão, mas ao mesmo tempo, a única segurança de que as provisões necessárias chegarão ao destino, quaisquer que sejam o terreno e as condições meteorológicas.

VIII — CONCLUSÕES

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial nosso Exército vem estudando o problema de sua modernização. Os fatores determinantes desses estudos têm sido os novos conceitos de guerra e a perspectiva dos conflitos futuros. Além deles, outros dados de ordem interna, principalmente os de natureza econômica, têm influído também na tentativa de fixação de uma doutrina militar brasileira.

É fora de dúvida, entretanto, que a tendência mundial para a modernização tem preponderado entre nós, colocados em plano secundário os elementos estruturais básicos que tornariam possível a melhoria de nossas unidades de combate. Tal diretriz tem produzido uma série de problemas reflexos, entre os quais, deve-se ressaltar o declínio de nossa cavalaria, que já alcançou, inclusive, o grande público, através de debates e críticas mordazes e irônicas, na imprensa diária e no Parlamento.

Em consequência disso, os oficiais da Arma encontram-se na crista de uma crise, desanimados, sem estímulo para suas atividades, sem saber como encarar os problemas de emprego das unidades onde servem, acarretando, com esse estado de espírito, uma diminuição de eficiência e portando uma perda no fator moral que sempre foi o apanágio da cavalaria.

Os largos anos de experiência com a atual organização divisionária deram-nos uma idéia exata do que é possível realizar no campo operacional, com o grupamento motomecanizado e com o grupamento hipomóvel. Fizemos saber, principalmente, o que não nos é lícito esperar de qualquer desses grupamentos quando empregados nos plausíveis teatros domésticos de operações. Contamos, também, com cerca de vinte anos de experiência na luta com os problemas de manutenção e suprimento, onde sofremos carência quase total de peças de suprimento, carburantes e mão-de-obra especializada.

De outro lado está no consenso geral que há ainda um largo caminho a percorrer para atingirmos a auto-suficiência em matéria de armamentos, materiais e fontes de petróleo. Mesmo as mais otimistas perspectivas não nos autorizam a esperar por um milagre antes, talvez de 10 ou mais anos de industrialização. Essa circunstância impõe-nos meditar: será recomendável anular um sistema de forças existentes na expectativa de vir a substituí-lo por outro, em um determinado futuro?

Para nós, da cavalaria, que ansiamos por organizar e treinar os regimentos de carros e as divisões blindadas, parece um erro o deliberado propósito de desintegrar nossa confiança nas formações hipomóveis antes de termos à mão os carros de combate.

Jovens oficiais de estado-maior debatem nossos problemas de organização, considerando os seguintes parâmetros:

- não há viabilidade de um conflito entre nações da América; a OEA não o permitiria;
- estaremos integrando uma aliança do Ocidente, ao lado dos Estados Unidos, em caso de um novo conflito mundial;
- quando tivermos de tomar parte em tal tipo de conflito, teremos à nossa disposição o material e o armamento do "arsenal das democracias".

É fácil concluir, face a tais premissas, de que nos resta apenas uma linha de ação: moldar nosso espírito e nossa doutrina de guerra pelo figurino dos Estados Unidos.

Convém examinar, preliminarmente, a valibilidade de tais premissas.

Os milênios de história à nossa disposição não autorizam ninguém a depositar confiança cega nos sistemas de segurança coletiva. Após a I GM tivemos a Liga das Nações. Depois de 1945, temos vivido sob a égide da ONU. Todos nós sabemos do fim sem glória da Liga das Nações. A ONU, que resiste ainda, apenas existe como tribuna para a propaganda de âmbito mundial ou para justificar uma política de força executada na base dos fatos consumados. Essa afirmação tem tais características de verdade que, em ambos os lados da fronteira político-militar em que se divide o mundo moderno, se ultimam, com frequência, numerosos pactos militares de segurança mútua.

Os humanistas de toda ordem confiam na segurança coletiva e podem argumentar e construir castelos baseados no acórdio geral e na coexistência pacífica. Não nós, os profissionais da guerra, os planejadores da segurança nacional, os homens a que estão afetos os problemas de formular hipóteses de guerra e de preparar os meios adequados para vencê-la.

Uma das hipóteses é que não haja conflito entre as nações do continente sul-americano. A outra é justamente o seu contrário. Saibamos, pois, tirar as conclusões apropriadas.

Indaguemos, preliminarmente, se uma organização, baseada no último modelo de nosso grande vizinho do norte, está capacitada para satisfazer às necessidades de uma campanha militar continental. Examinemos os TO prováveis e comparemo-los com o TO do ocidente europeu. Lembremos que há, somente na França, cerca de 700.000 km de rodovias pavimentadas, por onde rodaram vitoriosas as panzer alemãs e as DB do General Patton. Se houver TO semelhantes estaremos no caminho certo.

Ao contrário, se concluirmos que as eventuais áreas de conflito no continente mais se aproximam ao TO russo ou ao TO indo-chinês, procuremos então conhecer a experiência de outros exércitos que não os que combateram na França e na Alemanha, na certeza de que com a dupla inspiração do mais moderno e do mais eficaz poderemos melhor organizar nossas Forças Terrestres e prepará-las para a ação.

TABELA DE DOTAÇÃO DE ARMAMENTO DA DC

Unidades	Ar ^m Ind ^{áv}			Metr ^s		ArmaA		Arm AC			Morteiros			Arg			
	Pistola	Submetralhadora	Mosquetão	Metr leve	Metr Pesada	Metr AA	40mm AA	Lança Rojão 80 mm	Fuzil s/ recuo 80mm	Can A C 80 mm	Mrt 80 mm	Mrt 105 mm	Mrt 120 mm	Obus 80 mm	Can 80 mm	Can CC 80 mm	Can A P 105 mm
DIVISÃO DE CAVALARIA	1265	1398	4484	204	40	12	6	346	40	18	40	12	24	12	16	44	21
Comdo Esqd Comdo	70	30	75	3	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R C (3)	63	6951	2499	162	36	12	-	237	36	12	36	12	-	12	-	-	-
R C C	190	225	273	-	-	-	-	20	-	-	-	-	-	-	-	44	21
Grupamento de Rec	48	83	165	16	4	-	-	22	4	-	4	-	-	-	-	-	-
AD/DC	145	109	692	23	-	-	6	-	-	6	-	-	24	-	16	-	-
B E Cmb	23	-	245	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B Com	24	-	20	-	-	-	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Troop. Sv Div	131	-	545	-	-	-	-	41	-	-	-	-	-	-	-	-	-

QUADRO Nº 1

MEIOS DE TRANSPORTE DA DC

Unidades	Passageiro		Caminhões			Trat	Reboques			Trup Hipomóvel				
	Motociclos	Carro de Rec	Caminhão leve	Caminhão médio	Caminhão pesado		Rbq Leve	Rbq Médio	Rbq Pesado	Cav de sela	Cav Cargueiro	Cavalos Tração	Viaturas	Viat-Munição
DIVISÃO DE CAVALARIA (TOTAL)	44	124	157	210	15	2	84	129	344	2888	1244	1432	526	304
Comdo e Esqd Comdo	5	10	5	15	-	-	10	5	5	25	25	30	15	-
R C (3)	18	42	51	-	-	-	-	39	-	2514	1020	786	393	144
R C C	6	22	22	71	-	-	11	17	71	-	-	-	-	-
Gr. de Reconhecimento	1	1	2(a)	-	-	-	1	1	-	268	68	24	12	-
AD / DC	2	12	13	57	-	-	12	9	45	61	61	512	56	160
B E Cmb	2	6	6(a)	20	10	2	6	5	30	-	-	-	-	-
B Com	7	8	15(a)	23	-	-	8	14	23	-	-	-	-	-
Trp Sv Div	3	23	43(b)	34	5	-	36	39	170	20	70	80	40	-
Observações	o) 24 ambulâncias; b) 10 ambulâncias; a) 1 ambulância.													

QUADRO Nº 2

ARMAMENTO E MEIOS DE TRANSPORTE DA AD/DC

Unidades	Armas Leves				Artilharia				Trnp motorizada							Trnp hipomóvel				
	Pistola	Submetr	Mosquetões	Metr. leve	A A 40 mm	Can 80 mm (AC)	Can 80 mm	Mrt 120 mm	Motocicleta	Carro Rec	Cam leve	Cam médio	Rbq leve	Rbq médio	Rbq pesado	Cav sela	Cav cargueiro	Cav tração	Viaturas	Viât. munição
A D / D C (total)	143	109	692	23	6	6	16	24	2	12	13	57	12	9	45	61	61	512	56	160
Comdo Bia Comdo	20	10	40	-	-	-	-	-	2	6	4	2	6	4	2	13	3	-	-	-
G A Cav	45	48	247	8	-	-	16	-	-	1	6	1	-	1	-	29	29	216	28	64
G Mrt	53	40	241	12	-	-	-	24	-	1	6	1	-	1	-	29	29	296	28	96
Bia A C Mot	10	7	45	3	-	6	-	-	-	1	-	8	1	-	2	-	-	-	-	-
Bia AA Leve	10	10	59	-	6	-	-	-	-	1	1	7	1	1	1	-	-	-	-	-
Bia Sv	5	-	60	-	-	-	-	-	-	2	6	40	2	4	40	-	-	-	-	-
Observações	a) 4 ambulâncias; b) 1 ambulância; c) 2 ambulâncias.																			

ARMAMENTO E MEIOS DE TRANSPORTE DO RC

Unidades	Arm. Indiv.				Metr.			Arm. AG		Mrt	Art	Trop. Motorizada			Trop. Hipomóvel						
	Lança Rojão 80 mm	Pistolas	Submetralhadoras	Mosquetões	Metr. Leve	Metr. pesada	Metr. AA	Fuz s/ recuo 80 mm	Can A C 80mm	Mrt 80 mm	Mrt 105 mm	Obus 80 mm	Motocicletas	Car reconhecimento	Caminhão Leve	Rbq médio	Cav de Sela	Cav Cargueiros	Cav de Tração	Viatura	Viatura-munição
R C (Total)	79	212	317	833	54	12	4	12	4	12	4	4	6	14	17	13	838	340	262	131	48
Comdo e Esqd Comdo	2	15	10	20	-	-	-	-	-	-	-	-	3	5	4	4	3	3	6	3	-
Grupamento de Cav	66	144	249	495	48	12	-	12	-	12	-	-	3	3	6	3	804	204	72	36	-
Art regimental	4	29	28	133	6	-	4	-	4	-	4	4	-	1	-	-	14	30	88	44	24
Trp Sv Reg	7	24	30	185	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	7	6	17	3	96	48	24
Observações	a) 4 ambulâncias; b) 1 ambulância.																				

QUADRO Nº 4

Livros publicados pela BIBLIOTECA MILITAR e que se relacionam com DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA :

- 1 — HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL (2 Volumes) —
Cel Genseric de Vasconcellos.
- 2 — A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO — Gal Tasso
Fragoso.
- 3 — CAMINHOS HISTÓRICOS DE INVASÃO — Ten-Cel
Antonio de Souza Júnior.
- 4 — A REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Gen Tasso Fra-
goso.
- 5 — LUTAS AO SUL DO BRASIL — Gen F. de Paula
Cidade.
- 6 — NOÇÕES MILITARES FUNDAMENTAIS — Cel J. B.
Magalhães.
- 7 — DO RECONCAVO AOS GUARARAPES — Maj An-
tonio de Souza Júnior.
- 8 — HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A T. ALIANÇA
E O PARAGUAI — Gen Tasso Fragoso.
- 9 — COMPREENSÃO DA UNIDADE DO BRASIL — Cel
J. B. Magalhães.
- 10 — EVOLUÇÃO MILITAR DO BRASIL — Cel J. B. Ma-
galhães.
- 11 — OS FRANCESES NO RIO DE JANEIRO — Gen Tasso
Fragoso.
- 12 — REMINISCÊNCIAS DA CAMPANHA DO PARAGUAI
— Dionísio Cerqueira.
- 13 — OS SERTÕES COMO HISTÓRIA MILITAR — Ten-
Cel Umberto Peregrino.
- 14 — RICARDO FRANCO — Gen Silveira de Melo.
- 15 — ANTONIO JOÃO — Gen V. Benício da Silva.
- 16 — NOTAS DE GEOGRAFIA MILITAR SUL-AMERI-
CANA — Cel F. Paula Cidade.
- 17 — CAXIAS E NOSSA DOCTRINA MILITAR — Maj
Amerino Raposo Filho.